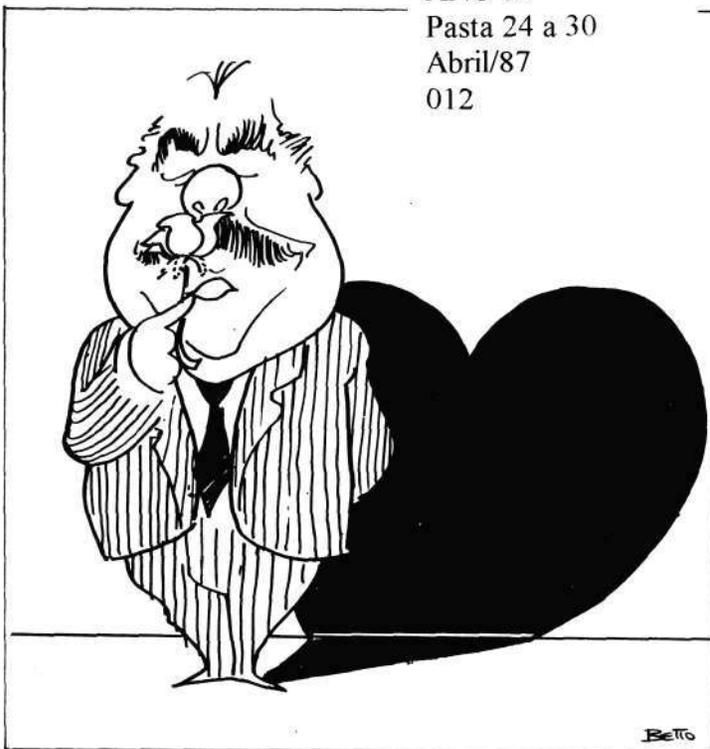


# Um estadista

ALUIZIO NAPOLEAO

ANC 88  
 Pasta 24 a 30  
 Abril/87  
 012



nosso, é manter uma ética de postura política que não degrade, nem impopularize o Poder Legislativo, ética que deve ser seguida, também, pelos governantes e pelos juizes dos Poderes Executivo e Judiciário. Os bons hábitos de vida pública advêm de exemplos que sedimentam o processo de convivência política.

Nesta primeira leva de políticos eleitos dentro do regime democrático é claro que o povo, sem o hábito de elegê-los, após viver sob a influência de governantes autoritários, estava sujeito a erros, que poderão ser corrigidos em eleições posteriores, pois começa a ter consciência de que seu voto é importante para a escolha cer-

ta de seus representantes. Começa, também, a perceber sua responsabilidade na sua escolha e, com o esclarecimento cotidiano dos meios de comunicação, já pode distinguir quais são os representantes em que deverá confiar para a realização de seus ideais e aspirações.

Outro ponto importante para a formação parlamentar, que irá determinar as melhores normas para a consecução daqueles ideais, está na continuidade da vida parlamentar que, no Brasil, por dois períodos de duas décadas diferentes, foi perturbada por golpes de força, que hoje são repelidos por civis e militares, certos de que o menos imperfeito dos

regimes ainda é o democrático.

E claro que o exercício da democracia, com o transbordamento do dique construído pelas ditaduras, traz o grosso da enxurrada, necessitando de tempo para tornar as águas límpidas, sobretudo na atualidade, em que os problemas se multiplicam com a multiplicação da população. O que está acontecendo, neste momento, no Brasil não deve trazer desânimo, nem a crise atual revela o nosso apocalipse, pois, como disse recentemente, em entrevista à imprensa brasileira, um dos mais clarividentes observadores, John Galbraith, nenhuma crise revela o fim de tudo, pois os organismos nacionais continuam a viver. Todas as dificuldades e momentos de apreensão e angústia que o povo brasileiro está vivendo hoje representam uma vivência que não teve antes e pela qual já passaram povos mais velhos, farragados no sofrimento e na experiência dos séculos. O que se espera é que, de tudo que está acontecendo, surja um Brasil livre e bem estruturado para o futuro.

Em contraste com a atitude dos governadores, tão bem acentuada por João Emilio Falcão, o presidente José Sarney, em entrevista, deu o tom de equilíbrio à política brasileira, como estadista que é, ao declarar não ser do seu estilo, nem de sua natureza, nem do interesse público "usar da autoridade para convertê-la em autoritarismo ou mandonismo, ou ameaçar ou perseguir as pessoas, ou usar indevidamente o poder". E, pondo um ponto final ao desagradável episódio, afirmou: "Eu prefiro ser amado, estimado, do que temido".

Creio que não estarei dizendo nada de novo, nem incidindo em erro se afirmar que na vida política dos povos, especialmente nas democracias, há um limite para a ação e o verbalismo, do ponto de vista ético. Acabo de ler o excelente artigo do jornalista e prosador João Emilio Falcão, em que condena a atitude de governantes da atualidade, como expressiva da quadra em que vivemos.

Se alguns políticos supõem que a bravata e a agressividade são admiradas pelo público, como sinal de valentia e coragem, enganam-se redondamente, pois tenho ouvido, de pessoas do povo, reprovação à linguagem que usam. O que o povo deseja ouvir, o que ele espera são as atitudes claras dos responsáveis pela coisa pública e os seus pronunciamentos para a resolução de problemas que nos afligem, pois está fatigado de retórica e demagogia. O homem público, no regime democrático, deve estar preparado para rebater o que julga errado, com critério e raciocínio. Isso não quer dizer que não o faça com veemência, pois esta resulta do calor de suas idéias e de suas convicções.

Certos congressistas, pensando em ganhar notoriedade e chamar a atenção sobre suas pessoas, andavam transformando o parlamento em circo, como se a palhaçada fosse o alto tom de uma assembleia em que os legisladores têm a obrigação de elaborar, atualizadas com as aspirações e necessidades nacionais, as leis que vão reger a vida dos cidadãos e atender às suas reivindicações e às suas necessidades vitais. O objetivo importante, em um Congresso Nacional, como o